

# O SENSO DE PERTENCIMENTO DE DEFICIENTES VISUAIS EM RELAÇÃO AOS PISOS TÁTEIS

Paulo Ricardo ROSS<sup>1</sup>  
Paulo Vinicius Tosin da SILVA<sup>2</sup>

**RESUMO:** Esta pesquisa investiga a relação entre a utilização de pisos táteis e a conquista de mais liberdade, mais autonomia das pessoas com deficiência visual. Pretende-se compreender se a apropriação desse recurso para o deslocamento “mais livre e mais autônomo” implica o desenvolvimento do senso de pertencimento das pessoas cegas à sociedade, como cidadãos e como sujeitos de direito e de encontros. A pesquisa toma especificamente os modelos de pisos táteis empregados nos calçamentos de duas vias públicas, localizadas no centro da cidade: Rua XV de Novembro e Avenida Marechal Deodoro, sendo a primeira uma via exclusiva para pedestres, no trecho investigado, e a segunda destinada ao tráfego de veículos. Essas vias representam diferentes funções sociais e econômicas na cidade de Curitiba, as quais serão discutidas em relação aos modelos de pisos táteis aí construídos. A rua XV de Novembro representa o espaço do encontro das pessoas, a circulação para fins de lazer, a via de passagem e de ligação entre as Praças Santos Andrade e Osório, o espaço de visualização panorâmica dos principais acontecimentos, a circulação de pessoas de diferentes idades e classes sociais. Já a Avenida Marechal Deodoro é destinada ao trânsito de pessoas com o interesse de aquisição de produtos e serviços. Conceber espaços que contemplem o homem vitruviano consiste no desafio da inclusão urbana. Espaços acessíveis às diferentes formas de manifestação humana constituem um direito inalienável da pessoa para o exercício de sua liberdade fundamental de ir e vir, sua autonomia e sua independência como um sujeito. As entrevistas realizadas com pessoas com deficiência visual revelam a precarização e a insuficiência das estruturas arquitetônicas já conquistadas. Denunciam os limites à plena usabilidade e os obstáculos ao pertencimento à cidade, as barreiras para a subjetivação e apropriação do espaço urbano como lugar de sua objetivação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Deficiente visual. Piso tátil. Pertencimento ao lugar.

## Introdução

O objetivo desta pesquisa é investigar a usabilidade do piso tátil da Rua XV de Novembro e Av. Marechal Deodoro e suas implicações na constituição do senso de pertencimento das pessoas com deficiência visual. A subjetividade do pertencer é verificada por inúmeros fatores categorizados em aspectos técnicos e sentimentais.

A sinalização tátil, em sua concepção, busca proporcionar poder de autonomia às pessoas com deficiência visual. Trata-se de mais um dos tantos instrumentos, uma tecnologia assistiva, que consagra o direito à cidade e o usufruto de seus serviços, suas interações e seus encontros.

<sup>1</sup> UFPR. UFPR – Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR – Brasil. 80.060-000 – profpauloross@gmail.com

<sup>2</sup> UFPR – Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR – Brasil. 81530-990 - pauloviniustosin@gmail.com

O piso tátil é parte constituinte dessa sinalização, através do qual a pessoa com deficiência visual realiza seu deslocamento de modo mais rápido, mais seguro e melhor referenciado. Em plena ascensão na década de 1990 e, sobretudo nos anos 2000, a construção de cidades acessíveis torna-se pauta obrigatória de discussões no planejamento urbano, refletindo o momento de proclamação e de conquistas do direito à diversidade, nascimento do conceito de Inclusão Social.

Vinculados à inclusão social estão os princípios de acessibilidade, isto é, pensar espaços adequados a fim de serem utilizados por pessoas com distintos tipos de deficiência. Construir ambientes acessíveis consiste na garantia de que todas as pessoas com deficiência possam usufruí-lo. O paradigma da cidade inclusiva pressupõe a construção de espaços acessíveis para todas as pessoas exercerem seus direitos e suas subjetividades.

O recorte sócio-espacial adotado neste estudo – as ruas citadas e os sujeitos - remete a duas funções simbólicas distintas na cidade de Curitiba. As ruas constituem espaços de coletividade e reafirmação das identidades. Neste sentido, investiga-se o modo como as pessoas com deficiência visual usufruem, apropriam-se e produzem sua subjetividade, seu senso de pertencimento no referido espaço de circulação.

As contribuições elencadas de Merleau-Ponty (1971), Ross (2006, 2010), Sasaki (2003, 2009) enfatizam o valor da autoria, da autonomia e do enfrentamento da realidade para o processo de constituir-se humano.

Apoiados em Ubierna (2000, 2005), Ubierna, et. al. (2005), Suárez-Inclán (2000), Manzini (2005) e a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2009), são resgatados os princípios e o estado da arte sobre a acessibilidade e os direitos de ir e vir das pessoas com deficiência. A acessibilidade é descrita como condição essencial à realização humana e à transformação da sociedade.

Na análise teórica, toma-se o espaço como expressão dos valores atribuídos ao ser humano pelos movimentos organizados e hegemônicos de cada sociedade. A construção dessa contradição entre sujeito e espaço, na qual ambos se refazem, é apoiada em Tuan (1980, 1983), Carlos (1996), Haesbaert (1999), Bonnemaïson (1981) e Santos (2006, 2010), Vygotsky (2007). Finalmente parte-se às entrevistas visando encontrar nos diálogos indicativos de pertencimento aos lugares Rua XV de Novembro e Av. Marechal Deodoro.

Os procedimentos metodológicos são de caráter qualitativo, tomando-se o discurso de cada sujeito como leitura de uma trajetória de vida, expressão explícita e oculta de condicionamentos histórico-sociais. Trata-se de Estudo de Caso (FLICK, 2004; GIL, 2008; MALHEIROS, 2011), caracterizado “[...] pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de

poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo.” (GIL, 2008, p.72).

### **A concepção de deficiência**

A pessoa com deficiência, segundo a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Lei 6949/2009, é descrita como a que apresenta impedimentos de longo período de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em relações mútuas com diferentes obstáculos, estes poderão dificultar sua participação plena e ativa socialmente em condições de paridade com as demais pessoas (BRASIL, 2009). Em uma visão mais determinista, a deficiência é associada à “[...] redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente.” (ABNT, 2004, p.3)

Conforme Ross (2006, 2010), a pessoa com deficiência é percebida pelas dificuldades e limitações, mas não significa, não subjetiva as limitações, a falta, a negação. A limitação expressa apenas um olhar, uma situação aparente, um julgamento do outro. Não compete à sociedade nem ao Estado regulamentador rotulá-las de incapazes. o sucesso dos seus objetivos será alcançado pela transposição de barreiras físicas e obstáculos sociais, pela constante luta em busca de assegurar os direitos, a superação de expectativas alheias a sua subjetividade e a sua história.

A limitação, o estado de necessidade são partes constituintes do fazer-se humano. Basta verificar a diversidade de indivíduos que habitam o espaço terrestre com uma variedade de formas antropométricas e aspectos psicológicos que lhes conferem inúmeros limites e possibilidades. Nem todos conseguem escalar uma montanha, andar longas distâncias. Mas há outros que memorizam ou criam composições musicais complexas em poucos minutos.

O ser humano, no âmbito de suas interações sociais, produz novas experiências que transformam sua realidade objetiva e, reciprocamente, implicam novas aptidões, novos significados, novos sentidos e novos símbolos que passarão a referenciar suas novas interações. Pré-conceituar uma pessoa com deficiência é o espelho do rotulador como incapacitado de ver suas próprias limitações. Alguém afirmaria que todas as pessoas são capazes de fazer absolutamente tudo?

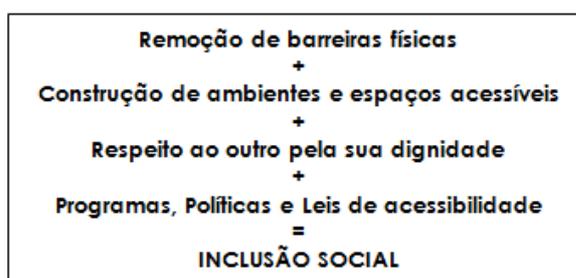
Acesso aos recursos, instrumentos, saberes e práticas sociais adequadas às suas capacidades, necessidades e diferenças constitui o desafio da inclusão social, a própria emancipação urbana.

Afirmar que um piso tátil significa a garantia de inclusão social é inferir e generalizar os limites históricos da “parte”, a dimensão política e pedagógica de uma conquista. Como os entrevistados apontaram, a principal dificuldade é a falta de respeito das outras pessoas em relação ao valor e o significado dos pisos táteis, a liberdade e a dignidade das pessoas cegas. (ROSS, 2006).

### **Acessibilidade para pessoas com deficiência**

A acessibilidade é indispensável para o processo de inclusão social de pessoas com deficiência, não apenas pelo direito de ir e vir, mas a garantia do deslocamento autônomo e independente (UBIERNA, 2000; MANZINI, 2005; SASSAKI, 2003, 2009), e, sobretudo desvinculado ao sentimento de assistencialismo e atitudes misericordiosas pelas demais pessoas. Logo, a inclusão social consiste em um conjunto de elementos concatenados conforme a figura 1.

**Figura 1 - Elementos da inclusão social**



**Fonte:** Organização própria com base em Suárez-Inclan (2000) e Sasaki (2003, 2009).

A Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Decreto 6949/2009 (BRASIL, 2009) contempla aspectos norteadores das modificações e adequações precisas que deverão ser efetuadas, sem que onerem desigualmente ou indevidamente o Estado, a fim de garantir que as pessoas com deficiência desfrutem e desempenhem, em igualdade de ensejos com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades primordiais. O Decreto 6949/2009 denomina isto de “adaptação razoável”. (BRASIL, 2009)

A acessibilidade constitui elemento imprescindível para que a pessoa com deficiência venha exercer seu direito de “vida plena”, de cidadão e de participar com independência em diferentes situações e dimensões. Só se concebe a condição de cidadania sobre a base da acessibilidade. Nessa dimensão, ocorrem as diferentes formas do compartilhar dos produtos sociais: o trabalho, as capacidades, as expectativas, os confrontos, as escolhas, as decisões, o fazer, o amar, o servir e o constituir a si mesmo. Não se realiza a condição de cidadão sem a garantia da acessibilidade.

Para isso, o Estado pode assegurar a equidade de oportunidades, providenciando o acesso das pessoas com deficiência no ambiente físico, transporte, à informação e comunicação.

Manzini (2005) diferencia acesso de acessibilidade. Para o autor, acesso exprime o processo a fim de que se atinja algo e está relacionado com o desejo de mudança. Ao passo que acessibilidade tende a aproximar-se de situações vivenciadas cotidianamente, isto é, representa algo que pode ser analisado, implantado, calculado, decretado e diagnosticado.

No mobiliário urbano, a acessibilidade precisa ser garantida nos edifícios, vias públicas, rodovias, meios de transporte e demais instalações, incluindo a supressão de obstáculos e impedimentos à acessibilidade (BRASIL, 2009).

Segundo a ABNT (2004), a acessibilidade assinala a: “[...] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. (ABNT, 2004, p.4). Na realidade, a acessibilidade apresenta-se como as condicionantes necessárias a fim de garantir a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Mas não basta adaptar os ambientes apenas para as pessoas com deficiência, é preciso adequar ambientes, produtos e serviços a todas as pessoas, o que significa contemplar a cada uma delas.

Elabora-se então um novo conceito: o Desenho Universal (D.U.). Esse conceito expressa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados possivelmente por todas as pessoas, sem que seja preciso efetuar adaptação ou realizar um projeto especializado (BRASIL, 2009). Neste sentido, a Avenida Marechal Deodoro é revitalizada seguindo esses parâmetros de D.U., haja vista o momento construtivo, e a busca incessante da garantia dos direitos humanos e inclusão social. Manzini (2005, p.32) “[...] a inclusão social deve ser vista, medida e interpretada tendo como referencial o próprio meio social e não somente as condições de acessibilidade”.

Ubierna, et. al. (2005) ressalta a importância das vias públicas como espaços e convivência, lugares comuns onde ocorre a troca de experiências e que deveriam constituir-se em espaços da diversidade humana, espaço para o intercâmbio de necessidades interesses, afetos e expectativas.

*Las vías públicas, consideradas como ámbito clave en donde se produce un intercambio diario de experiencias, requieren que se les preste especial atención en cuanto a la aplicación de criterios de accesibilidad universal. En ella han de conjugarse diversas soluciones de diseño capaces de garantizar el desenvolvimiento, uso y disfrute de las vías y espacios públicos con comodidad, seguridad y sin trabas ni obstáculos a cualquier persona, tenga las capacidades que tenga. (UBIERNA, et. al., 2005, p.112, grifo nosso).*

## Contexto das vias e o desenvolvimento da topofilia

A Rua XV de Novembro (Figura 2) constitui um dos principais referenciais simbólicos de Curitiba. Adquiriu importância principalmente após a pedestrianização do Setor Histórico da cidade. Em 1971, pretendia-se criar logradouros onde priorizasse a circulação de pedestres, incluindo a Rua XV. Tal política encontrou resistência inicial por parte dos comerciantes locais, cidadãos e meios de comunicação. O projeto é anterior. Em 1925, o então prefeito Moreira Garcez previa o melhoramento, pavimentação e alargamento de várias ruas da cidade, mas nenhuma exclusiva de pedestres (VASCONCELOS, 2006).

O longo período decorrido até o ano de 1972 foi marcado por discussões, planejamento, embalados pelo sonho de aplicar em Curitiba uma tendência europeia: construir grandes vias de circulação para pedestres. Diante dessa situação, em 19 de maio de 1972, uma sexta-feira, às 18 horas, a Rua XV é tomada de súbito pela Prefeitura de Curitiba, o horário e dia foram escolhidos propositalmente a fim de evitar impedimentos judiciais e possíveis manifestações da população.

**Figura 2 - Localização da Rua XV de Novembro e Avenida Marechal Deodoro e imagens das respectivas ruas, à esquerda a Rua XV de Novembro e à direita a Marechal Deodoro**



**Fonte:** Elaboração própria modificado de Curitiba (2012a, 2012b).

A via foi interrompida para carros, e começava uma obra que ficaria para sempre na memória dos curitibanos, a idealização do Calçadão da Rua XV de Novembro, constituiu a

primeira via fechada para pedestres do Brasil. Foi revitalizado o mobiliário, com mesinhas em frente aos bares, flores em floreiras, bancos, árvores ornamentadas, luminárias mais delicadas etc.

Desde então, o calçadão da XV veio passar pela sua primeira revitalização em 2000. As obras foram executadas em recorde de três meses ao longo dos 850 metros de extensão. A reformulação da infraestrutura contemplou desde a substituição total do *petit-pavê*, até o redesenho das pinhas, passando pelo mobiliário, com câmeras de segurança, novos bancos, quiosques, paisagismo renovado, floreiras entre outras.

É nesse âmbito que a prefeitura de Curitiba revitaliza a Rua XV de Novembro em 2000 e, por ocasião, instala os pisos táteis.

A via apresenta um passado histórico de construção real e simbólica desde 1972. Para os cidadãos curitibanos é um marco identitário. Segundo Tuan (1980), um símbolo urbano pode ser uma estrutura funcional, a exemplo das ruas, uma construção não utilitária ou um pedaço de terra.

Não obstante, “[...] o símbolo necessita sempre de algum referente concreto para se realizar”. (HAESBAERT, 1999, p.178). A XV é a concretude da manifestação simbólica, protagonizada por pessoas de diferentes classes sociais, costumes e modos de vida. Para ela convergem pessoas que buscam sentir-se em Curitiba.

Em paralelo, a Rua XV de Novembro é produto de um marketing urbano. Vangloria-se pela suas qualidades e é divulgado Brasil a fora. De acordo com Tuan (1980, p.236) “[...] os cartões postais descrevem aspectos da cidade que são aceitos como favoráveis”. Os publicitários mostram as possibilidades de usufruir do lugar em questão.

Nessa revitalização, os arquitetos responsáveis pelo projeto inseriram ideais de acessibilidade, que estavam em plena ascensão à época. Difundia-se o livre acesso a todos os espaços urbanos pelas pessoa com deficiência, pois uma rua que exerce outros papéis simbólicos também precisa exercê-lo em relação à acessibilidade. Nesta ocasião, foi acoplado o piso tátil no *petit-pavê*, bem como a instalação de guias rebaixadas nas travessias, mostrando uma adaptação (ABNT, 2004), isto é, as características do mobiliário urbano foram alteradas para que se tornasse acessível.

A revitalização da Avenida Marechal Deodoro<sup>3</sup>, ocorrida em 2000, insere-se no Programa Marco Zero que objetiva reconstruir as calçadas do centro de Curitiba. A referida via é paralela à Rua das Flores (outro nome para a XV de Novembro), conforme aponta o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (CURITIBA, 2007). A nova

---

<sup>3</sup> Conforme a Figura 1, o logradouro Marechal Deodoro é intitulado Rua, entretanto, em outros documentos do órgão oficial IPPUC (CURITIBA, 2012a) a Rua assume o caráter de Avenida.

pavimentação abrange 1.100 metros de extensão, e apresenta em sua concepção construtiva os princípios da NBR 9050/2004 que se materializa no espaço em questão através de rampas de acesso nas travessias, piso tátil, correções geométricas, nivelamento do meio-fio e alargamento das calçadas nas esquinas.

Contudo, o piso de *petit-pavê*, símbolo da tradição estética dos urbanistas municipais, impressa no calçamento, da via foi preservado em parte. O projeto previu a revitalização na faixa de maior circulação, que se situa próxima ao comércio, com blocos de concreto pré-moldado intertravado, livre de impedimentos, antiderrapante em qualquer situação. Na outra faixa o piso de *petit-pavê* foi mantido, em uma largura de 2,5 metros, com vistas a preservar a identidade da Avenida desde os primórdios da pequena vila que mais tarde tornar-se-ia a cidade de Curitiba. Nessa faixa de *petit-pavê* é que estão os demais componentes que podem obstruir a passagem, a exemplo de telefones públicos, lixeiras, bancas de revistas e abrigos de ônibus, postes de iluminação e outros (CURITIBA, 2007)

O piso tátil da Avenida Marechal Deodoro encontra-se adjacente aos blocos de concreto, em cor contrastante, conforme determina a NBR 9050. Obstáculos estão distantes da passagem de pessoas com algum tipo de deficiência objetos suspensos como telefones públicos apresentam sinalização tátil de alerta no entorno, além da sinalização da via que indica onde existem travessias. Isso caracteriza assim uma adequação<sup>4</sup> para ampliar a acessibilidade das pessoas cegas. Outros aspectos referentes à aplicabilidade das normas no passeio<sup>5</sup> e demais problemas recorrentes serão discutidos quando da exposição das entrevistas.

O sentimento de pertença de uma pessoa é construído pelas relações de afeto, pelas ações de identificação, pelas trocas estabelecidas com o lugar e com outras pessoas. O Sentimento de pertença relaciona-se com as condições que favorecem o exercício da liberdade de cada pessoa, as possibilidades de diálogo, a manifestação das escolhas, a produção e o usufruto das interações sociais. As relações de afetividade estabelecidas com o lugar são motivadas por variantes pertinentes à pessoa. Para certas pessoas a afetividade pode ser a beleza, a utilidade, a localização, uma lembrança, um lugar onde aconteceu algo de suma importância.

Tuan (1980) descreve topofilia: “[...] é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. Topofilia é difuso como conceito, mas significa o vivido, as percepções, as

<sup>4</sup> Conforme a NBR 9050/2004, adequação é “[...] espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis”. (ABNT, 2004, p. 2).

<sup>5</sup> A NBR 9050/2004 aponta passeio como “[...] parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso separada por pintura ou elemento físico, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres.” (ABNT, 2004, p. 3)

lembranças, as aproximações, as experiências pessoais, as expectativas e as diferentes formas de subjetivações.

Logo, a toponímia é subjetiva. O contato físico e a expressão corporal no lugar determinam se as relações de afeto serão positivas ou negativas. As experimentações do ambiente são captadas pelos sentidos. Esta dimensão sensorial toponímica não se refere exclusivamente à visão, embora Tuan (1980) considere o ser humano dependente inconscientemente da visão.

No caso de pessoas com deficiência visual, a afetividade é construída pela utilização dos sentidos remanescentes em potencialidade considerável, visto que a visão não é o mais importante. Vygotsky (2007) menciona que o mundo não é enxergado somente em cor e forma, mas um mundo dotado de sentido e significado.

Entretanto, o tato, a audição e o olfato constituem elementos essenciais para percepção do ambiente por pessoas com deficiência visual. Quando a pessoa se sente pertencente ao lugar, ela apropria-se do espaço como parte de si mesmo, como sua morada. Ela enxerga a cidade, suas formas, seus caminhos, seus atalhos dentro de si. Reciprocamente, as ruas, os caminhos são projeções e extensão de sua própria mente.

As vias em questão analisadas somente poderão ser percebidas se a pessoa estiver *in loco* e ouvir os sons do lugar, isto é, as pessoas falando, os veículos e os alto-falantes do comércio, bem como os odores de fumaça, o cheiro da pipoca, os bueiros exalando odores e o vento ocasionado de pessoas passando ao seu redor rapidamente.

Segundo Merleau-Ponty (1971, p.23), “[...] a sensação pura será a prova de um ‘choque’ indiferenciado, instantâneo e pontual”.

Em lugares, os quais se atribuem significados, as afetividades são reforçadas no momento em que a pessoa encontra-se nele, e interagem positivamente com o meio social ali presente. Deste modo, as outras pessoas desempenham papel fundamental na construção afetiva homem-lugar, pois além de viverem no/o lugar, são capazes de tornar o sentimento de pertença do outro mais forte.

A metrópole Curitiba não é um “lugar”. Ela só pode ser vivida parcialmente (CARLOS, 1996). O sentimento de lugar opera no plano imediato. Então, são necessários determinados pontos na metrópole que possam representar simbolicamente a identidade do lugar. O pertencer à cidade consiste na representação fragmentada da população mediante espaços reduzidos ditos heterogêneos. A imagem urbana que se pretende passar é a mais chamativa e diversificada possível. Espaços identitários tendem mostrar aspectos marcantes do povo que vive a cidade por meio da cultura e, ao mesmo tempo, procuram a transferir e internalizar a sensação de ser universalizante. Um espaço com acessibilidade simboliza o

direito, mas falseia a interpretação sobre a totalidade. Um espaço identitário local ilude a visão do universal. Um direito atendido produz a falsa sensação de provimento de todos os outros direitos ou de acolhimento das demandas de cada pessoa ou cidadão.

As vias supracitadas assumem valores e singularidades para as pessoas que as utilizam. São lugares guardados na memória, intrínsecos à identidade curitibana, são ambientes de diversidade social onde ocorre a troca de experiências, os diálogos, o sentir e ser sentido, visto que ultrapassa a condição de localidade e tange o plano simbólico do imaterial.

Segundo Bonnemaïson (1981, p.251), “[...] a correspondência entre o homem e seus lugares, entre uma sociedade e sua paisagem é carregada de afetividade e exprime uma relação cultural”. As manifestações dimensionais da relação homem-lugar operam em pelas tradições sociais, seria impossível atribuir significados aos lugares partindo apenas de comentários.

Ainda que o sentimento de pertença seja subjetivo, em espaços públicos a afetividade é aprimorada coletivamente por fatores como propagandas que expressem o quanto determinado lugar é importante para a cidade ou revitalizações que contemplem aspectos culturais do lugar.

### **Os discursos dos entrevistados**

Para análise dos discursos foram selecionadas oito pessoas com deficiência visual e que efetuam seu deslocamento pelas vias Rua XV de Novembro e Av. Marechal Deodoro. As entrevistas foram cedidas espontaneamente e formalizadas de acordo com a cessão dos direitos de uso de voz, conforme Lei nº. 9610/98 (BRASIL, 1998). No prosseguimento, optou-se pela a realização de uma entrevista semiestruturada, composta de 24 perguntas, seccionada em duas partes, a qual a primeira contemplou a identificação do participante e questões gerais referentes à usabilidade dos pisos táteis, e a segunda ateu-se ao recorte espacial das vias públicas referidas no momento anterior.

De modo sintético, as respostas foram organizadas em cinco categorias listadas na sequência: Justiça e Acessibilidade; Localização dos pisos; Marcha, Autonomia e Liberdade; Obstáculos e; Pertencimento, Lugar e Cidadania. Os resultados apresentados vão além do querer pertencer a um lugar. Mais que isso, buscam interpretar o senso de justiça e isonomia social das pessoas com deficiência visual, usuárias de bengala e dos pisos táteis.

Justiça e Acessibilidade: sobre o caráter de justiça social, Curitiba é mais justa a partir do instante em que instala pistas táteis nas calçadas. S3 pensa que sim, mas acha o acesso restritivo “É como se cego só andasse em algumas ruas”. S2 e S6 afirmam que o fato de

instalar os pisos táteis configura um grande passo rumo à inclusão. S5 considera a “a cidade mais adequada. Cidade justa seria se estas pistas táteis fossem preservadas e divulgadas[...] Ela facilita a vida do deficiente visual. [...] Justa seria se ela proporcionasse a isonomia”. O relato de S5 permite uma reflexão quanto ao tempo e forma de uso dos pisos táteis, conforme figura 3, que ilustra o piso tátil da Av. Marechal Deodoro com trincas e desnivelamentos, além de fragmentos do piso soltos no paver.

**Figura 3 - Trincas e desnivelamentos no piso tátil da Av. Marechal Deodoro**



**Fonte:** Arquivo pessoal.

O piso tátil na Rua XV de Novembro cumpre a função de acessibilidade segundo S1, esta somente é ausente se pessoas obstruírem a passagem. S2 assinala a acessibilidade na XV como parcial, curvas e o caso do chafariz no meio da pista dificultam a locomoção, segundo ele são alguns motivos que levam cegos a não optar por utilizar o piso da XV. S3 acrescenta: “seria melhor não ter na XV e ter nos terminais de ônibus”.

Localização dos pisos: perguntados sobre a concorrência entre o piso tátil e o *petit-pavê* na XV, S2 e S3 colocam a possibilidade de confundir e desviar-se, em virtude de buracos decorrentes de desgastes naturais e oriundos de veículos pesados. S3 diz: “é preciso procurar com mais cuidado, pode ser que você não ache, [...] a diferença é no ver, mas na hora de pisar ali se tem pouca referência”.

“Até você achar a pista tátil, é preciso primeiro encontrar alguém que enxerga”, com essas palavras S5 define o piso da XV, todavia, S4 considera o fato de solicitar ajuda oportuniza o diálogo, “esse contato meu com a outra pessoa tem uma função muito importante na relação pessoa-pessoa”.

No quadro 1 estão alguns relatos sobre os modelos de piso tátil empregados, pode-se notar que as falas estabelecem interface da usabilidade do espaço público e senso de justiça, igualdade e respeito social.

**Quadro 1 - Discurso dos entrevistados acerca dos distintos modelos de piso tátil empregados nas vias**

Categorias	Relatos
O piso na XV de Novembro	<p>“Ela cumpre sua finalidade [...] apesar do povo não respeitar o direito do deficiente, ela só não cumpre quando o povo fica parado em cima dela. (S1)</p> <p>“Lógico que pra você achar ela tem algumas dificuldades, ela não é exatamente no meio, [...] e às vezes tem algumas curvas, como no chafariz, no entanto tem menos interrupções”. (S2)</p> <p>“Apresenta pouca saliência, é preciso procurar com mais cuidado” (S3)</p> <p>“Quando estou com muita pressa, peço para alguém me colocar na linha e mando ver!”. (S4)</p> <p>“Ela é muito estreita e não têm saliências, [...] a gente se confunde para achar a pista”. (S6)</p> <p>“Não cumpre parcialmente a função de acessibilidade e é mais difícil de localizar com o pé”. (S7)</p>
Piso na Marechal Deodoro	<p>“Não existe mistura entre o calçamento e a pista”. (S1)</p> <p>“Tem muitos bueiros no meio do piso, fazendo com que se desvie, [...], mesmo assim eu opto por ela, pois tem menos gente no caminho” (S2)</p> <p>“Nela (a via), você está mais próximo do comércio e prédios públicos.” (S4)</p> <p>“Ela é mais fácil de ser localizada pela própria bengala, [...] embora ache que a sinalização dos telefones públicos confunda”. (S5)</p> <p>“Ela deveria ser mais distante da parede, as lojas colocam os mostruários para fora, obstruindo a passagem”. (S6)</p> <p>“Interrupções, como tampas de bueiros e goteiras que caem das marquises”. (S7)</p>

**Fonte:** Elaboração própria.

Marcha, Autonomia e Liberdade: O modelo de pista que oferece maior segurança/autonomia, para cinco entrevistados foi a da Marechal Deodoro, dentre as principais colocações está a facilidade de localização, o menor fluxo de pedestres e sobretudo a qualidade do material da sinalização tátil, na contra-mão disso o trânsito de veículos em ambas vias oferece riscos, se pela XV circulam carros-forte e carrinhos de material reciclável, pela Marechal são as entradas de estacionamentos que atrapalham.

A característica de trilhos mais perceptíveis aos pés e à bengala, nas oito pessoas, permaneceu com a Av. Marechal Deodoro, visto que sua padronização segue a normatização da ABNT (2004) e apresenta maior altura e espaçamento do relevo, além do piso adjacente ser diferenciado e regular, face ao da XV com o *petit-pavê* irregular.

Obstáculos: o título de pista com mais interrupções fica com a Marechal, quatro pessoas indicaram o excesso de tampas de bueiros um estorvo, S3 e S7 respectivamente, colocam: “a Marechal tem mais bueiros” e “acaba sendo a da Marechal, ali tem mais bueiros”. A contabilização das tampas de bueiros e galerias subterrâneas somou 178 em uma extensão de 1100 metros, em ambos os lados da Av. Marechal Deodoro, é possível encontrar um aglomerado com cinco ou mais tampas se estendendo por 2 metros ou mais, conforme a figura 4.

**Figura 4 - Interrupções no piso tátil da Av. Marechal Deodoro**



**Fonte:** Arquivo pessoal.

Quando indagados se sofreram algum tipo de acidente, quatro pessoas apontaram que seus acidentes foram na XV de Novembro. S2 e S6 acidentaram-se com o cabo dos carrinhos de material reciclável, haja vista permanecerem suspensos e não perceptíveis à bengala, mesmo que utilize o rastreamento de objetos com a técnica de toque (FELIPE; FELIPE, 1997; DE MASI, 2003). S4 lembra: “eu estava (na XV) numa velocidade boa e bati de frente com outra pessoa, não sei se ela estava distraída, mas uma coisa é certa, eu não estava enxergando!”. S5 colidiu com um carrinho de bebê na pista da XV, a mãe da criança estava conversando com outra pessoa e de costas ao sentido de deslocamento de S5.

Pertencimento, Lugar e Cidadania: a importância da Rua XV de Novembro enquanto cidadão curitibano foi apontado pelos sujeitos como lugar de encontro com amigos ou ilustres desconhecidos. S1 e S7 colocam a via em um pedestal simbólico, é preciso pois reafirma a identidade, o pertencer, o autor Bonnemaïson (1981 p.256) classifica isto como um “[...] “Geossímbolo” podendo ser um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões políticas, religiosas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade”.

Segundo S2 e S6 a Rua das Flores é um lugar de encontro, o plano simbólico é transferido para as práticas cotidianas, logo, a via torna-se lugar de encontro, de passear, de observar o movimento. E finalmente, S4 assinala a dimensão política e afirma a relevância de ser o lugar ápice da participação social curitibana, para ele estar na XV é pertencer à cidade, afinal, “[...] o território é o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. (SANTOS, 2010, p.96).

No quadro (Quadro 2) abaixo estão algumas frases que os entrevistados citaram e podem refletir a subjetividade e os predicados atribuídos à XV de Novembro.

## Quadro 2 - Frases dos participantes acerca da importância da Rua XV de Novembro

Partic.	Importância da Rua XV de Novembro
S1	“É o símbolo do coração de Curitiba”, “Todo mundo conhece e fala ‘vamos lá na XV’”
S2	“Centro de convivência”, “é um lugar de encontro
S3	“Para quem vê a beleza das flores, pra gente a importância que tem é estar longe do barulho de carros, é mais confortável”
S4	“Sinto que ali é um pólo de discussões da cidade, de participação, creio que quando a gente tem a oportunidade de estar presente na XV, a gente se sente pertencente à cidade”
S5	“A maior parte do comércio, lojas, restaurantes, enfim, todo tipo de comércio e variedade de produtos está na XV”
S6	“Sempre gosto de dar uma passeada, o movimento é maior, encontrar amigos”
S7	“Tem ali alguns prédios históricos e é a cara de Curitiba”

**Fonte:** Elaboração própria.

Se perguntados qual piso tátil consegue unir inclusão, sentimento de cidadão e acessibilidade S1 apontou a Marechal, S3 afirmou que nenhuma é inclusiva e fundamentou com as seguintes palavras: “vamos mostrar que tem (os pisos)”, encara os pisos táteis no centro como um exemplo para divulgação além Curitiba e longínquo da expectativa de inclusão, isto é, uma informação manipulada que, no lugar de esclarecer, confunde, um “encantamento do mundo” (SANTOS, 2010), a informação por um lado tenta instruir e por outro convencer.

S2 considera a Marechal Deodoro acessível e inclusiva, mas o sentimento de cidadão é reforçado na XV de Novembro, pois, ao invés daquela, o calçadão da XV é lugar de parada permitindo a observação do piso tátil, “as pessoas olham aquela faixa e percebem que é uma pista para cegos”.

Todavia, “[...] a topofilia não é a emoção humana mais forte” (TUAN, 1980, p.107), ou seja, o afeto das pessoas com deficiência visual pelo lugar não transpassa os problemas encontrados, é praticamente impossível gostar de algo se um dia sofremos alguma coisa praticada pelo mesmo ou pelas pessoas que utilizam esse objeto/ambiente concomitantemente, se a pessoa não se sente confiante para caminhar no piso tátil da XV de Novembro, é porque já lhe ocorreu uma situação desagradável.

Devido a XV de Novembro ser exclusiva de pedestres, ela é palco de manifestações sociais. Passeatas, importantes decisões políticas foram tomadas nos cafés da divulgada Rua das Flores. As artes plásticas tem abertura com exposições de telas. Artistas de rua fazem seus espetáculos a céu aberto. Vitrines estão espalhadas ao longo da Rua. Isso indica que o ser humano tende a apropriar-se e usufruir ao máximo do lugar quando se valoriza a qualidade e a condição humana.

Os discursos que foram apresentados na sequência refletiram o pertencimento alicerçado, sobretudo, nas questões pertinentes ao uso dos pisos táteis, embora a cultura e as tradições sejam fatores importantes nas elaborações afetivas, estas não são decisivas no processo de afetividade. Para pessoas cegas, essa relação é pautada na usabilidade dos espaços e na sua aceitação social como um dos protagonistas na construção participativa do lugar. A ética da Inclusão social implica as adequações estruturais, a construção dos instrumentos que ampliam as dimensões do compartilhar dos benefícios dos bens sociais. Do mesmo modo, a ética da inclusão social implica o aconchego, a segurança, a localização de sua subjetividade em cada lugar navegado, em cada caminho redescoberto numa nova trajetória, de uma gama de fatores percebidos pelas falas que clamam pelo direito de transitar na cidade.

### **Considerações finais**

A análise das informações permite compreender os anseios e expectativas de pessoas com deficiência visual. São discursos marcados pela esperança de construção material e social de ambientes acessíveis. A instalação de pisos táteis é concebida para potencializar o deslocamento, a autonomia, a liberdade e a segurança da pessoa cega. Direito universal de ir e vir não pode restringir-se ao trecho de um piso adaptado, mas precisa projetar-se em todas as vias, no conhecimento, nas atitudes das pessoas, na adequação dos serviços prestados, nas possibilidades de identificação dos ônibus e táxis, como recurso de transporte, na apropriação dos estilos das obras arquitetônicas, o acesso à complexidade de informações veiculadas nos outdoors, nas vitrines, nas bancas de revistas e jornais, nas livrarias, nos bancos, nos restaurantes, nas escolas, universidades e bibliotecas, nos espaços de lazer, nos computadores, nos meios eletrônicos que permitam a diversão e a navegação no mundo virtual.

Não basta adequar uma pequena linha física. É preciso permitir acessibilidade ao “real complexo”. Não basta tocar a parte. É preciso perceber e navegar sobre o universal. Não basta pisar o chão. As pessoas clamam pelos encontros, as interações que ampliam seus vínculos, suas sensações, seus afetos. A pessoa com deficiência visual já não se limita ao mundo da trilha. Sua aldeia é também todo o universo. A pessoa cega não pisa mais apenas no chão alcançado pelos seus pés. Hoje, ela acessa as abas, o “centro de outros lugares”. O que era antes inalcançável aos olhos, hoje, torna-se próximo, sentido e subjetivado pela pessoa cega.

Assim, se as ruas já expressam os avanços do rompimento das fronteiras físicas do lugar, há que democratizar essas conquistas para o usufruto e posse da pessoa cega. Precisamos de bengalas eletrônicas que verbalizem e comuniquem as informações próximas e distantes de que necessite seu usuário. Precisamos de indicativos sonoros dos serviços, do

transporte, etc. Do mesmo modo, há que se adequar os estabelecimentos, os produtos de consumo, os procedimentos de atendimento, os processos de compra e venda com dispositivos eletrônicos para o uso de cegos, surdos e de todas as pessoas que possam necessitar. Uma pessoa com deficiência neuromotora, sem a compreensão da fala, por exemplo, pode precisar do computador para compreender uma informação que lhe seja prestada e para estabelecer certo grau de comunicação.

No tempo da diversidade, clama-se pelo acolhimento pela tolerância, pela flexibilidade das pessoas, bem como de suas rotinas e seus procedimentos. Mas é fundamental construir e disponibilizar instrumentos que ampliem as capacidades das pessoas, seu poder de interação e sua possibilidade de aprender com as propriedades e aspectos do lugar e do outro, seu fenômeno, suas imagens, sua forma e, ao mesmo tempo, a posse ou interpretação de sua historicidade, seu movimento de transformação, seus embates e confrontos, seus conceitos e utopias, sua política e sua ciência, traduzidas em obras, práticas, produtos e costumes.

São os instrumentos adequados e a posse dos métodos do conhecimento que possibilitam a pessoa ultrapassar os limites das percepções da audição e da visão. Neste sentido, andar pelo piso tátil equivale a apenas desfilar por um instante. Mas momento de passarela é efêmero. Logo acaba.

Assim, não basta garantir o direito de caminhar das pessoas. É preciso permitir-lhes o direito de aprender, de se comunicar e interagir amplamente com o outro, seus valores, suas obras presentes ou herdadas pelas outras gerações.

O desconhecimento da população em geral de um piso tátil é maciço e foi apontado pelos oito sujeitos entrevistados como um dos principais problemas para seu usufruto com segurança. Segundo Santos (2006, p.223), “[...] o homem busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e pouco a pouco vai substituindo a sua ignorância do entorno por um conhecimento, ainda que fragmentário”.

Conquanto os pisos táteis sejam uma ferramenta de Orientação e mobilidade, a plenitude do pertencer pode ser conquistada quando os pisos táteis forem ampliados e repensados para outras dimensões, outros canais sensoriais, outros apoios físicos, manuais, auditivos, visuais, o uso de outras tecnologias e outros produtos, não apenas analógicos, mas eletrônicos e digitais, outras atitudes e serviços, como ética e mores de uma nova cultura. Eis o projeto de um novo conceito de acessibilidade, um novo conceito de Inclusão social e de pessoa com deficiência.

A existência dos pisos táteis representa o reconhecimento histórico-social de uma necessidade, a manifestação de uma diferença, a adequação de um caminho, mas não implica o partilhar da complexidade dos bens materiais, simbólicos e sociais produzidos e circulados

nesses espaços. O Espaço pode estar adequado, mas o caminhante não se sente um Morador do lugar. O cidadão pisa o trilho, mas se percebe como um estrangeiro. O espaço que seria para si é o mesmo que lhe causa medo e acidentes.

Tuan (1983): “[...] o lugar é a segurança e o espaço é a liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o segundo”, contextualizando, os pisos táteis da Rua XV de Novembro e Av. Marechal Deodoro são lugares atribuídos de significados observáveis nos discursos dos entrevistados, mas não são espaços de liberdade.

### ***THE SENSE OF BELONGING OF VISUALLY IMPAIRED IN RELATION TO TACTILE FLOORS***

**ABSTRACT:** *This research investigates the relationship between the use of tactile flooring and achieving more freedom, more independence for people with visual impairments. It aims to understand whether the ownership of this resource for a “freer and more autonomous” displacement implies the development of a sense of belonging to society for blind people, as citizens and as individuals of rights and meetings. The study specifically takes the models employed in tactile flooring paving of two walkways, located in the city’s downtown: XV de Novembro Street and Marechal Deodoro Avenue, the former being a unique pathway for pedestrians in the stretch investigated, and the latter aimed to traffic vehicles. These pathways represent different social and economic functions in the city of Curitiba, which will be discussed in relation to models of tactile flooring constructed therein. XV de Novembro Street meeting space represents the people, the movement for recreational purposes, the passageway connecting Santos Andrade Square and Osório Square, the place with panoramic view of the main events and the circulation of people from different ages and social classes. Yet Marechal Deodoro Avenue is designed for the movement of people with an interest in purchasing products and services. Designing areas that address the Vitruvian Man is the challenge of urban inclusion. Places accessible to the different forms of human expression are an inalienable right of the individual to exercise their fundamental freedom to come and go, their autonomy and their independence as a subject. The interviews with people with visual impairments reveal the precariousness and insufficiency of architectural structures already conquered. They condemn the limits to full usability and the barriers to belonging to the city, the barriers to subjectivity and appropriation of urban space as a place of its objectification.*

**KEYWORDS:** *Visually impaired. Tactile ground. Belonging to place.*

### **REFERÊNCIAS**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS [ABNT]. **NBR 9050:** acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BONNEMAISON, J. Voyage autour du territoire. L’espace géographique – dossier. **La Géographie Culturelle**, Paris, v.10, n.4, p.249-262, 1981.

BRASIL. Decreto-lei nº. 6949, de 25 de agosto de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 ago. 2009.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CURITIBA. **IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br>>. Acesso em: 18 jun. 2012a.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura Municipal de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2012b.

\_\_\_\_\_. Revista Espaço Urbano. **Revista do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba**, Curitiba, n.9, p.12-16, 2007.

DE MASI, I. Conceitos - aquisição básica para a orientação e mobilidade. In: MACHADO, E. V. **Orientação e mobilidade: conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual**. Brasília: MEC/SEESP, 2003. p.38-55.

FELIPPE, V. L. R.; FELIPPE, J. A. M. **Orientação e mobilidade**. São Paulo: Laramara Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual, 1997.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

MALHEIROS, B. T. **Metodologia da pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MANZINI, E. J. Inclusão e acessibilidade. **Revista da Sobama**, Bauru, v.10, n.1, p.31-36, dez., 2005.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.

ROSS, P. Trabalho das pessoas com deficiência: transformando barreiras em oportunidades. In: MANZINI, E. J. **Inclusão e acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006. p.171-180.

\_\_\_\_\_. Educação e trabalho: a conquista da diversidade ante as políticas neoliberais. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. **Um olhar sobre a diferença**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2010. p.53-110

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19. ed. São Paulo: Record, 2010.

SASSAKI, R. **Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003.

\_\_\_\_\_. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano 12, p.10-16, mar./abr., 2009.

SUARÉZ-INCLÁN, L. M. **La ciudad inaccesible**. Manual sobre accesibilidad y vida cotidiana. 2. ed. Santa Cruz de Tenerife: Sociedad Insular para la Promoción del Minusválido, 2000.

TUAN, Y. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

\_\_\_\_\_. **Espaço e lugar**. A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

UBIERNA, J. A. J. **Tormenta de ideas en torno al Diseño Universal**. Manual sobre accesibilidad y vida cotidiana. 2. ed. Santa Cruz de Tenerife: Sociedad Insular para la Promoción del Minusválido, 2000.

UBIERNA, J. A. T. et al. **Manual para um entorno accesible**. 9. ed. Madrid: Centro Español de Documentación sobre Discapacidad, 2005.

VASCONCELOS, L. T. M. **Calçadas de Curitiba: preservar é preciso**. Curitiba: Ed. da Autora, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.